

Carlos Roberto Vieira Araújo

História do Pensamento Econômico

Uma Abordagem Introdutória

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. — 1986

8

A Era Neoclássica (1870 - 1930)

A partir de 1870, o centro de preocupações de grande número de economistas desloca-se. Alguns autores chamam este deslocamento de *revolução marginalista* porque a idéia central que o preside é o chamado *princípio marginal* que apresentaremos ao longo destas páginas. Entre as principais figuras do movimento marginalista estão William Stanley Jevons (1835-82), na Inglaterra, Carl Menger (1840-1921), na Áustria, e Léon Walras (1834-1910), na Suíça. Estes três autores publicaram suas principais obras no início da década de 1870, conforme a seguinte cronologia:

- William S. Jevons. *Theory of political economy* (1871).
- Carl Menger. *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* (1871), muito mais tarde traduzida para o inglês com o nome de *Principles of economics*.
- Léon Walras. *Éléments d'économie politique pure* (1874).

Por esta época, Alfred Marshall (1842-1924) já ensinava os mesmos princípios em algumas instituições de ensino da Inglaterra e principalmente na universidade de Cambridge, onde, a partir de 1885, assume a cadeira de Economia Política. No entanto, Marshall só publicou seu grande tratado *Principles of economics* em 1890, quase 20 anos após o aparecimento dos livros de Jevons e Menger e, por isso, não é citado como um dos fundadores do movimento marginalista. Mas não há dúvida de que ele já ensinava as idéias principais do marginalismo na década de 1870. Seu estilo perfeccionista e sua exigência de rigor científico impediram-no de lançar um livro prematuro. Esta a razão pela qual sua publicação só saiu muito mais tarde. Apesar disso, é o livro de Marshall que deslocará o *Princípios de economia política* de John Stuart Mill até então dominante, e a partir de sua publicação orientará o ensino da economia na Inglaterra e nos Estados Unidos, pelas três ou quatro décadas seguintes.

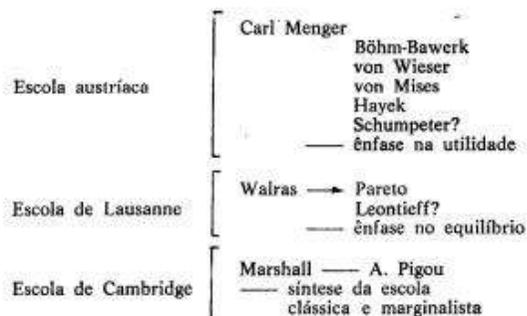
Marshall era meticuloso e gostava de testar suas idéias na discussão com os alunos. Pode-se dizer que o *Princípios* de Marshall nasceu primeiro na sala de aula.

Todos os economistas marginalistas tiveram precursores e alguns conseguiram continuadores e formaram escolas. Embora as idéias que ensinavam fossem mais ou menos parecidas, havia diferença de ênfase e de metodologia entre eles. Por exemplo, Walras preocupou-se com o *equilíbrio geral* e a interdependência de todo o sistema econômico e apresentou sua visão da economia em termos puramente matemáticos. É um dos precursores da Economia Matemática que ganhou corpo, em nosso século, com Wassily Leontieff e Von Neumann. Jevons, embora de modo diverso, recorreu também à Matemática, mas Carl Menger apresenta os mesmos princípios marginalistas em linguagem comum, deixando de lado a Matemática.

Marshall, embora fosse um grande matemático, não enfatizou o papel desta disciplina na Economia. Sua grande preocupação era fazer de seus ensinamentos um instrumento útil na prática. Achava que a Economia não devia ser um corpo de verdades estabelecidas, mas um instrumento para a descoberta destas verdades. Sobre o uso da Matemática em Economia disse o seguinte:

"... Um bom teorema matemático que aborde hipóteses econômicas dificilmente será boa economia; e creio cada vez mais nas seguintes regras: 1) Use a matemática como abreviação e não como método de pesquisa. 2) Utilize-a até ter terminado. 3) Traduza para o inglês. 4) Ilustre, então, com exemplos importantes da vida real. 5) Queime a matemática. 6) Se não conseguir realizar a 4 queime então a 3."¹

Voltemos, agora, às escolas e a seus futuros descendentes. Elas podem ser assim apresentadas:



Ao ligarmos determinados nomes a determinadas escolas, não estamos dizendo que todos defenderam exatamente as mesmas idéias. Alguns nasceram intelectualmente em determinada escola, mas dela se afastaram, como foi o caso de Schumpeter. Outros não tiveram relação com a escola,

mas tentaram resolver alguns problemas parecidos com o mesmo instrumental, embora com filosofia diferente. É o caso do economista russo, naturalizado americano, Wassily Leontieff, prêmio nobel de economia em 1973. Leontieff, tal como Walras, interessou-se pelo problema da inter-relação entre as diversas variáveis econômicas, mas usou para isso a álgebra matricial, criando as matrizes de insumo-produto. As principais influências de Leontieff foram os fisiocratas e Marx, como ele mesmo admite, mas é inegável que um dos precursores das matrizes de insumo-produto foi Walras, embora o fundamento do sistema walrasiano (*laissez-faire*) seja totalmente diverso da filosofia que dá fundamentação às matrizes de Leontieff (planejamento).

O sistema de Walras pode ser olhado como uma tentativa teórica de mostrar a interdependência entre todas as variáveis econômicas e a possibilidade de equilíbrio entre elas. Não deve ser visto como um instrumento capaz de resolver problemas práticos, embora Pareto, continuador de Walras na escola de Lausanne, tenha calculado o número de equações necessárias para a solução de um problema prático pelo sistema walrasiano. Segundo ele, seriam necessárias 70.699 equações para cada 100 pessoas que trocassem 700 bens. Suponha, por exemplo, a população do Brasil em 130 milhões e a economia brasileira com um sistema fechado. Um modelo do tipo walrasiano para estudar esta comunidade deveria conter quase 92 bilhões de equações. Isto sem contar a segunda suposição que é irrealista, pois a economia brasileira não é um sistema fechado. A solução de problemas práticos por este método é inviável.

O modelo de insumo-produto de Leontieff tem outra finalidade, e graças ao processo de agregação de variáveis pode abordar problemas práticos.

8.1 VALOR — UTILIDADE TOTAL — UTILIDADE MARGINAL

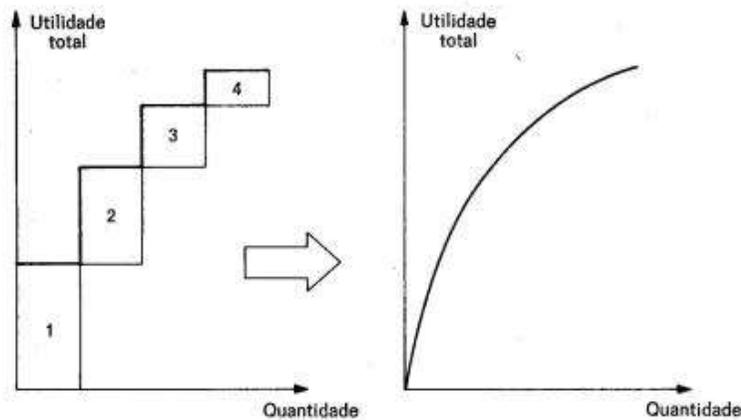
Os clássicos estudaram as relações de produção que surgiam entre as pessoas, no processo produtivo. Trataram, portanto, das formas sociais do processo produtivo. Os marginalistas mudam de enfoque e restringem o campo de estudo da economia. Passam a estudar as relações entre as pessoas e a produção material e, portanto, entre pessoas e coisas e não mais entre pessoas e pessoas através de coisas.

A principal preocupação marginalista passa a ser a *alocação ótima de recursos entre fins alternativos*. Isto é uma consequência da teoria da *utilidade marginal* e da *teoria dos preços*. A escola clássica sempre tivera diante de si um quebra-cabeças que não conseguia resolver: o paradoxo da água e do diamante. Adam Smith percebera que a água era extremamente útil, mas não possuía poder de compra, ao passo que o diamante, não sendo essencial à vida e, portanto, não tendo a serventia da água, possuía preço elevado. Em outras palavras, a água tinha valor de uso (serventia),

mas não valor de troca (preço). Com o diamante acontecia o contrário.² Esta questão foi objeto de acaloradas discussões, durante muito tempo, mas recebeu solução-satisfatória da escola neoclássica. Para resolvê-la a escola recorre aos conceitos de escassez (já conhecidos dos clássicos) e de acréscimos marginais. Bens econômicos são bens escassos e terão tanto maior valor quanto maior for sua escassez. Carl Menger mostra que a utilidade diminui à medida que aumenta a quantidade de determinado bem à nossa disposição e esta é, segundo Wieser, sua maior contribuição à teoria do valor.

Para melhor compreensão, damos abaixo uma distinção entre *utilidade total* e *utilidade marginal*.

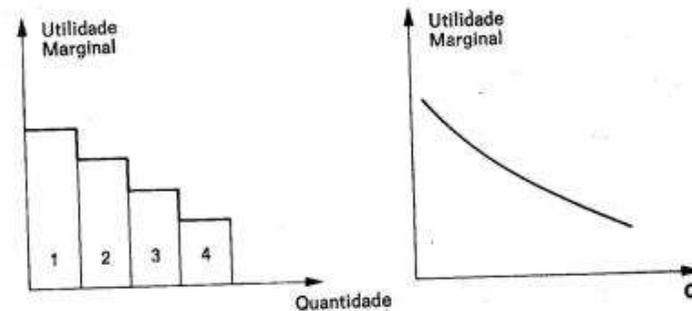
Suponhamos que você esteja num deserto, sofrendo sede e falte água. Nesta situação, um copo de água é extremamente valioso. Simbolizemos por retângulos de tamanhos diferentes os vários graus de utilidade de cada copo de água. O primeiro copo terá para você uma utilidade maior que o segundo, o segundo terá utilidade maior que o terceiro, e assim por diante. Cada copo adicional lhe traz uma utilidade adicional (marginal), mas esta utilidade adicional vai decaindo com os copos sucessivos. Os diagramas abaixo, onde cada retângulo simboliza determinado grau de utilidade, esclarecem melhor o que dissemos.



O leitor deve perceber, examinando os gráficos anteriores, que a utilidade total cresce, mas a uma taxa decrescente (os retângulos são sucessiva-

2. Ver a colocação de Adam Smith no livro *A riqueza das nações*. São Paulo, Abril Cultural, v. 1, 1983, p. 61.

mente menores). Esta taxa decrescente mede a *utilidade marginal* que aparece nos dois diagramas seguintes:



Não há muito mais a acrescentar. Chamamos a atenção para o lado psicológico e subjetivo da questão. O valor passa a depender do estado psicológico da pessoa ou da força de atração que cada bem exerce sobre nós, em determinada situação. Para uma pessoa sedenta, no deserto, a água vale um preço exorbitante e o diamante pode perder seu interesse. Ou melhor, o valor passa a estar relacionado com as necessidades das pessoas. Um mercador, com um camelo bem carregado de água, que encontrasse esta pessoa morrendo de sede no deserto poderia propor-lhe a troca de um litro de água por uma pedra de diamante. E ela certamente aceitaria a troca. Teríamos então:

1 pedra de diamante = 1 litro de água

O valor não está nem no diamante nem na água, mas nas necessidades das duas pessoas que efetivaram a troca.

Os primeiros marginalistas ficaram tão entusiasmados com esta descoberta que esqueceram de olhar a questão por todos os ângulos. **Jevons**, por exemplo, passou a dar importância exclusiva à demanda, na determinação do valor. Muitos outros seguiram seu exemplo. Mas, se olharmos só o lado da demanda, a questão permanece insolúvel. O preço de um par de sapatos é o mesmo tanto para um rico que tenha vários outros pares quanto para um pobre de pés no chão que tenha absoluta necessidade do calçado. Foi Marshall quem cortou as asas deste entusiasmo infantil e mostrou que não se podia deixar fora de consideração o lado da oferta (custos de produção). Para isto, recorreu à sua célebre comparação segundo a qual, assim como não se pode cortar uma folha de papel usando apenas

uma das lâminas da tesoura, também não se pode considerar o problema do valor examinando apenas o lado da demanda.

O exemplo da água e do diamante não é feliz porque estes dois itens não são produtos industriais e, assim, fica encoberto o problema dos custos de produção.

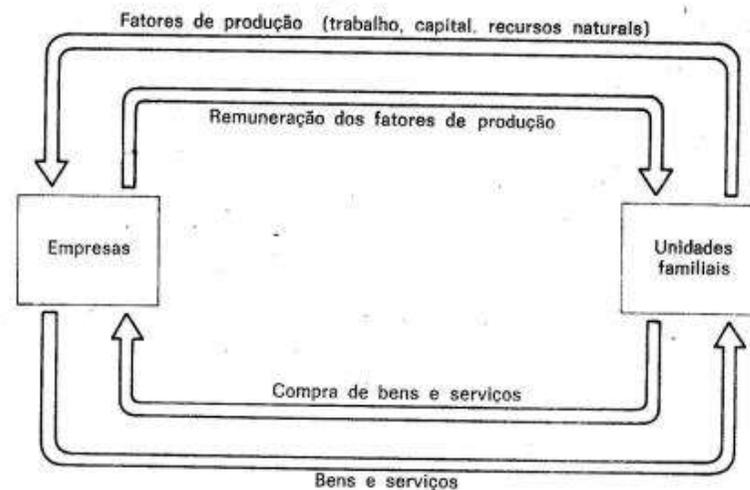
O fato é que esta teoria chamou a atenção para o problema da escassez e dos acréscimos sucessivos (marginais) a certa quantidade de bens. Um produto é tanto mais valioso quanto mais escasso. Isto vale também para os recursos existentes no sistema econômico. Estes recursos são escassos e, portanto, valiosos. A conclusão que se tira daí é que devemos aplicá-los do melhor modo possível. A economia torna-se, então, uma técnica para a alocação ótima de recursos escassos entre usos alternativos. Ao mesmo tempo, ela aceita a sociedade como um sistema dado, não discute as relações de classe e procura tornar-se operacional dentro deste sistema. Torna-se uma caixa de instrumentos, para usarmos a expressão de Joan Robinson.

Esta mudança de enfoque deve ter causado grande contentamento na maioria dos economistas da época (1870-1930), por dois motivos. Primeiro, porque a alocação de recursos exige certas técnicas que se prestam mais ao tratamento matemático. Ao recorrer a modelos matemáticos, a economia parece chegar à maioridade e adquire ares de verdadeira ciência. Segundo, porque de 1870 em diante o capitalismo já se firmara na Inglaterra e em alguns outros países, e estava tendo êxito. Não ficava bem levantar problemas capazes de provocar intranquilidade, como eram os problemas que tentavam elucidar a questão do excedente econômico (conceito que desaparece na economia neoclássica) e a apropriação deste excedente pelas diversas classes sociais. Melhor seria afastar o problema das classes e considerar apenas o conjunto da sociedade sem distinção de classes. De um lado, as *unidades familiares*, capazes de fornecer os fatores de produção, de outro as *unidades produtivas* capazes de fornecer bens e serviços. A relação entre estas duas entidades se dá através de um *fluxo circular*, como o que aparece a seguir.

As unidades familiares oferecem trabalho, capital e recursos naturais às empresas que com eles produzem bens e serviços para as mesmas unidades familiares.

O ciclo mais externo (em sentido anti-horário) representa o *fluxo real*. Na parte superior, trabalho, capital e recursos naturais. Na parte inferior, bens e serviços.

O ciclo interno (sentido horário) é o *fluxo nominal*. A remuneração recebida é replicada na compra de bens e serviços.



Os neoclássicos não fazem distinção entre remuneração do trabalho (salários e honorários) e remuneração da propriedade (capital, juros e aluguéis). Isto para eles é irrelevante. O que importa é saber que as unidades familiares procuram maximizar sua utilidade em bens e serviços (o circuito externo) e as empresas procuram maximizar o lucro (circuito interno).

8.2 PONTOS COMUNS DO MOVIMENTO MARGINALISTA

As várias escolas que compõem o movimento marginalista têm algumas preocupações comuns que devem ser destacadas.

8.2.1 Preocupação com o equilíbrio

Todos os marginalistas acentuam o problema do equilíbrio na economia. Para eles existem forças internas e atuantes que tendem a levar o sistema ao equilíbrio. Walras preocupa-se com o *equilíbrio geral*. Marshall, mais voltado para problemas práticos e imediatos, preocupa-se com o *equilíbrio parcial*. Por exemplo, qual o preço de equilíbrio no mercado de carne? Supõe ele que, se a concorrência se der através do preço, ao baixarmos o preço da carne de \$ 20 para \$ 10, por exemplo, a quantidade

demanda deve aumentar, como mostra o gráfico da Figura 1, onde se vê que, ao baixar o preço de \$ 20 para \$ 10, a quantidade demandada passou de 100 para 150 quilos.

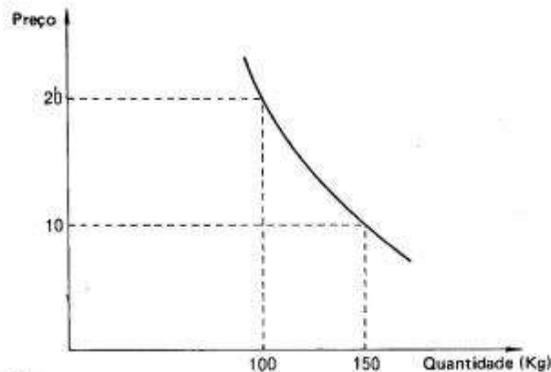


Figura 1

A oferta se comporta de maneira inversa. A quantidade oferecida tende a aumentar com o aumento do preço e a diminuir com sua queda. O gráfico da Figura 2 mostra que, ao preço de \$ 20, a quantidade oferecida é de 160 quilos e ao preço de \$ 10 é de apenas 80 quilos.

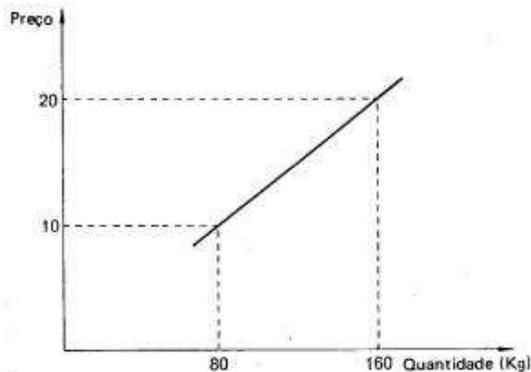


Figura 2

Os interesses de vendedores e compradores são antagônicos, mas o mercado faz com que o preço chegue a um ponto de equilíbrio. Suponha você que o preço do quilo de carne esteja a \$ 20. Neste caso, a oferta será

de 160 quilos, mas a procura será de apenas 100 quilos. Siga o gráfico da Figura 3. Parte da produção não será vendida e terá de ser estocada. No nosso exemplo, 60 quilos (160-100) não serão vendidos ao preço de \$ 20. Os estoques forçarão a baixa de preços.

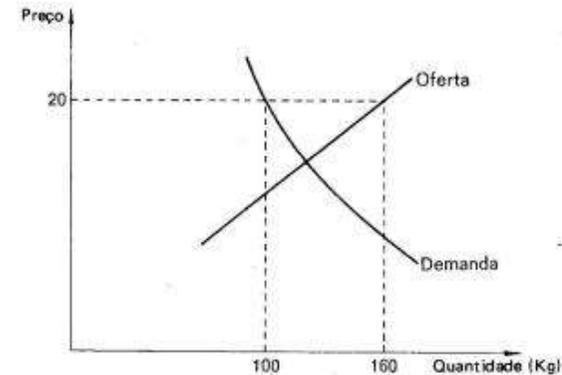


Figura 3

Imagine, agora, o caso contrário, onde o preço esteja abaixo do preço de equilíbrio. Haverá mais demanda do que produto no mercado, criando assim uma situação de escassez. Como a demanda é maior que a oferta, o preço tenderá a subir.

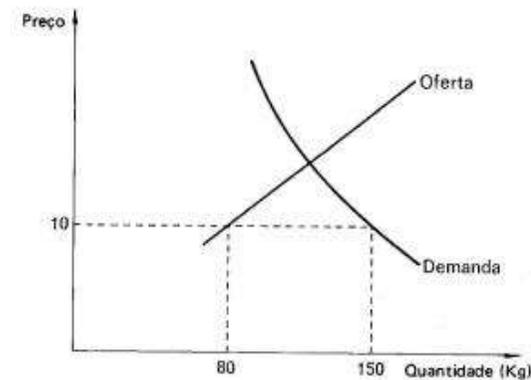


Figura 4

No nosso exemplo hipotético faltam 70 kg de carne (150-80) no mercado. A demanda é maior que a oferta e o preço tenderá a subir até che-

gar ao preço de equilíbrio que é formado pelo cruzamento das curvas de oferta e demanda, como mostra a Figura 5.

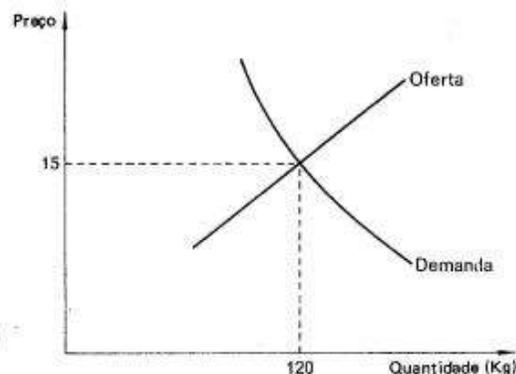


Figura 5

Ao preço de \$ 15 não haverá *escassez* nem *excesso* de produto no mercado. É este o preço de equilíbrio.

Os seguidores de Walras não admitiam este tipo de abordagem, pois o preço de um bem depende do preço de todos os demais bens, serviços e fatores de produção existentes no sistema. Essa interdependência existe na realidade, mas é impossível levar em conta um número tão grande de variáveis. Para resolver a questão, Marshall supõe constantes todos os demais fatores que entram na oferta e na procura e só considera o preço do bem em estudo. Essa é a abordagem parcial que prevaleceu e que ainda sobrevive, hoje, nos manuais.

8.2.2 Ênfase nos aspectos microeconômicos

Uma abordagem econômica preocupada com a alocação ótima de recursos deve necessariamente voltar-se para problemas microeconômicos. Já acentuamos antes, ao falar do fluxo circular, que a preocupação dos economistas neoclássicos é estudar firmas individuais, unidades familiares e o relacionamento entre firmas e unidades familiares. Desaparece a preocupação com o crescimento econômico que tanto agitou os autores clássicos.

8.2.3 Aceitação da "lei de Say"

84 Todos os neoclássicos aceitavam explícita ou implicitamente a afirmação segundo a qual, "considerada a economia em seu conjunto, a oferta

cria sua própria demanda", ou na formulação de Keynes: "os custos de produção terminam por se destinar direta ou indiretamente à compra do produto". Esta é a "lei de Say". Em palavras mais simples, o que esta afirmação significa é o seguinte: ao produzirmos alguma coisa, por exemplo, mesas, o próprio processo produtivo está criando poder de compra para este e para outros produtos. Produzimos mesas ou para nós mesmos (e neste caso a oferta já tem sua demanda), ou para um mercado que as quer adquirir e neste caso também a oferta (as mesas produzidas) já tem a própria demanda (os compradores das mesas). Por outro lado, ao remunerarmos os fatores de produção que entraram na fabricação das mesas (trabalho, capital e recursos naturais) estamos criando poder de compra para outros bens. Em ambos os casos, não pode haver superprodução generalizada nem desemprego. Pode haver desequilíbrios setoriais e transitórios causados por erros de cálculo. Um produtor pode produzir muito mais mesas do que seria necessário. Mas este desequilíbrio será corrigido pelo mecanismo do mercado: o preço das mesas baixará até que elas sejam vendidas. Parte do capital e do trabalho antes aplicados na produção de mesas se deslocará para outros setores mais rentáveis da economia (mobilidade de fatores). A consequência é que, se existir desemprego, este só poderá ser voluntário ou efêmero. A superprodução e a escassez só podem existir setorialmente. A economia como um todo é auto-reguladora. Uma das consequências da aceitação da "lei de Say" no campo político é o *liberalismo econômico (laissez-faire)*. Qualquer intervenção nas leis do mercado é prejudicial porque rompe o delicado equilíbrio que comanda estas leis.

8.3 A CONCORRÊNCIA PERFEITA

O modelo neoclássico mais amplo supõe um mundo de concorrência perfeita, onde os agentes econômicos se comportam de maneira racional. Os pressupostos da *concorrência perfeita* não foram elaborados por Marshall, que evitava o termo *concorrência* e, muitas vezes, o substituiu pelo de "liberdade de indústria e empresa", menos carregado de conotação moral, segundo ele. Foram os seguidores de Marshall que adotaram definitivamente o conceito de concorrência perfeita e elaboraram os supostos deste tipo de concorrência. Segundo estes autores, para que haja concorrência perfeita são necessários os seguintes requisitos:

a) *Produtos homogêneos*

Por produto homogêneo deve-se entender o produto não diferenciado por meio de marca, embalagem etc. A concorrência deve dar-se através dos preços e não através da diferenciação dos produtos.

b) *Empresas pequenas, sem poder sobre o mercado*

Todo vendedor e todo comprador deve ser tão pequeno com relação ao mercado total que não possa influenciar este mercado. Se a firma se retirar do mercado, a oferta total do produto não se alterará de

- modo substancial, de modo que o preço não será afetado. O mesmo se pode dizer da empresa que entra no mercado.
- c) *Ausência de restrições externas à mobilidade de fatores*
 Não pode haver tabelamento de preços, fixação de salário mínimo nem qualquer outro expediente que signifique intervenção nas leis do mercado. A economia é auto-reguladora e deve ser deixada à sua própria sorte.
- d) *Conhecimento por parte dos agentes econômicos de todos os preços existentes no mercado*
 Para que o comprador ou o vendedor se comportem de maneira racional, eles devem comparar preços e, portanto, conhecê-los.

É evidente que não existe nem nunca existiu a concorrência perfeita como acabamos de descrever. Trata-se apenas de um *modelo teórico* que tenta apresentar as principais linhas de força do sistema, fazendo abstração de outras variáveis menos significativas. As ciências não podem prescindir de modelos. Contudo, a validade de um modelo irá depender de como ele nos ajuda a compreender a realidade. Na construção de qualquer modelo teórico, o mais importante é saber selecionar aqueles elementos mais significativos, deixando de lado os menos significativos. Talvez seja útil chamar a atenção para o fato de que as ciências que têm por objeto de estudo a realidade (social ou natural) devem apresentar duas dimensões, *coerência interna* e *correspondência com a realidade*. Cada uma destas dimensões é necessária, mas tomada separadamente não basta. Os modelos teóricos neoclássicos passam tranqüilamente pelo teste da coerência interna. Aliás, toda a teoria neoclássica é bastante lógica e coerente. Já não se pode dizer o mesmo de sua correspondência com a realidade.

Seja como for, aceitos os supostos anteriores e a teoria da concorrência perfeita, segue-se que quem tem a última palavra na economia é o *consumidor final*, que irá comprar ou rejeitar tal ou tal produto por tal ou tal preço. Isto os neoclássicos chamam *teoria da soberania do consumidor* porque é o consumidor que decide. As empresas apenas obedecem.³

8.4 A TEORIA DA CONCORRÊNCIA IMPERFEITA

Em 1933 surgiram dois livros que abordavam o problema da concorrência imperfeita ou concorrência monopolística. Um deles, *The theory of monopolistic competition*, foi publicado por Edward Chamberlin da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. O outro era da economista Joan Robinson da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, e trazia o nome de *The economics of imperfect competition*.

Sabemos que existe monopólio puro quando uma empresa fabrica um *produto diferenciado, singular, sem substituto próximo*. Edward Chamber-

3. Um dos autores que mais sobressai na crítica à teoria da soberania do consumidor é John K. Galbraith. Esta crítica aparece mais clara no seu livro *A economia e o objetivo público* (São Paulo, Martins, 1975) porque este livro é uma espécie de síntese dos anteriores.

lin e Joan Robinson consideram um caso diferente, em que as empresas produzem produtos singulares, diferenciados, mas com *substitutos próximos*. Daí o nome de *concorrência monopolista*. Existe monopólio porque cada empresa produz o seu produto e existe concorrência porque estes produtos têm substitutos próximos.

Em 1934, um ano após o lançamento dos livros de Robinson e Chamberlin, um economista alemão chamado Heinrich von Stackelberg aborda o mesmo problema num livro intitulado *Marktform und Gleichgewicht* (Estrutura de mercado e equilíbrio). O livro de Stackelberg acentua mais os problemas de oligopólio e já defende a intervenção do Estado na economia. Esta abordagem mostra que o autor já não tinha confiança cega nos mecanismos do mercado.

Muito mais tarde, em 1953, Joan Robinson iria criticar sua própria posição teórica excessivamente marginalista, num artigo publicado no *Economic Journal* (volume LXIII, n.º 251 de setembro) e intitulado "Imperfect competition revisited".⁴ Neste artigo, ela mostra que a posição teórica de seu livro anterior desconsiderava o fator tempo e o próprio processo histórico. Por volta de 1953, ela já se tornara suficientemente keynesiana e rejeitava qualquer posição de equilíbrio automático na economia.

Resta uma palavra final sobre um dos precursores da teoria da concorrência imperfeita. Este precursor foi Piero Sraffa da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, que em 1926 publicara também no *Economic Journal* (volume XXXVI, n.º 144 de dezembro) um artigo revolucionário para os padrões da época, intitulado "The Laws of Returns under Competitive Conditions", no qual criticava as limitações da teoria marginalista então em vigor.

QUESTÕES PARA REVISÃO

A leitura atenta deste capítulo permite responder às questões seguintes:

1. No início da década de 1870, três autores importantes, vivendo em diferentes países, publicaram livros que defendiam quase as mesmas idéias. Esta convergência de pontos de vista recebeu o nome de *revolução marginalista*. Cite estes autores e as obras com que cada um deles iniciou o movimento.
2. Qual a razão pela qual o *Principles* de Marshall só apareceu muito mais tarde do que os livros dos primeiros marginalistas e qual o papel desta obra no ensino da Economia tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos?
3. Fale um pouco sobre as escolas austríaca, de Lausanne e de Cambridge, e indique alguns dos componentes de cada uma das escolas.

4. Este artigo foi publicado em português no livro de Joan Robinson *Contribuições à economia moderna*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 198, sob o título "Concorrência imperfeita reexaminada".

4. Como os marginalistas consideravam o valor e a utilidade e qual sua principal diferença, neste campo, com a escola clássica? Se necessário, recorra a gráficos ou diagramas para esclarecer a questão.
5. Como os neoclássicos consideravam a Economia? Eles ampliaram ou restringiram o campo de estudo da Ciência Econômica?
6. Cite os pontos comuns a todas as escolas neoclássicas e fale um pouco sobre um deles. Em particular, mostre a diferente abordagem do equilíbrio feita por Walras e por Marshall.
7. Os pressupostos da concorrência perfeita foram elaborados pelos seguidores de Marshall. Quais são estes pressupostos?
8. Qual o papel da **concorrência perfeita** no estudo da economia? Fale um pouco sobre o que é um modelo teórico e para que serve.
9. Quem foi Piero Sraffa e que papel teve na formulação da teoria da concorrência imperfeita?
10. Cite os três autores que quase simultaneamente formularam a teoria da concorrência imperfeita. Qual a posição de Joan Robinson neste particular?

SUGESTÕES DE LEITURA

A parte bibliográfica referente à escola neoclássica é a mais ampla possível porque esta escola detém o *paradigma dominante* da Ciência Econômica no mundo capitalista. Todos os livros que tratam da história do pensamento econômico têm esta parte bem desenvolvida. Alguns chegam mesmo a reescrever as teorias das várias escolas em termos neoclássicos e o que não conseguem traduzir para a linguagem neoclássica não consideram como sendo economia. Alguns desses livros já foram mencionados anteriormente. Além deles, podemos acrescentar:

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*. Coleção Os Economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1983. 2 v.

Ler principalmente o livro V, no início do 2.º volume, que é o núcleo de toda a obra.

JEVONS & MENGER. *A teoria da economia política e Princípios de economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

As duas obras estão encadernadas num só volume. A obra de Menger é precedida de uma apresentação muito boa de Hayek, na qual este autor faz um histórico do aparecimento do livro e ~~analisa~~ o contexto cultural em que ele surgiu. Hayek sublinha também as resistências à escola e a célebre **batalha do método** entre a escola austríaca e a escola histórica alemã. Qualquer economista com um mínimo de informação não pode ignorar estes fatos.

WALRAS, Léon. *Compêndio dos elementos de economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

Esta obra vem acompanhada de uma apresentação do professor Dionísio Dias Carneiro Netto, da PUC do Rio de Janeiro.

A Escola de Cambridge

9.1 ALFRED MARSHALL (1842-1924)

Marshall foi, sem dúvida, o maior economista inglês de sua geração. Sua obra teve enorme influência no mundo anglo-saxão e esta influência continuou até por volta de 1930. Se perguntássemos por que a obra deste autor teve maior repercussão que as de Walras e Jevons, por exemplo, talvez pudéssemos apresentar duas razões.

Primeiro, Marshall escreveu de maneira mais acessível. Sua pretensão era falar ao homem de negócio e não ao especialista. Por isso, diagramas e elaborações matemáticas foram relegados a apêndices e notas de rodapé. Marshall era um filantropo convicto. Quando ainda jovem, dirigira-se a certos homens de negócios apresentando-lhes suas idéias para regenerar o mundo. Estes esquemas de salvação eram recebidos com ironia e ceticismo. Diziam que ele pensava assim por desconhecer o mundo dos negócios. Foi a vontade de conhecer este mundo para falar dele com autoridade e voltar a vencer os homens práticos que desviou Marshall da Matemática (disciplina na qual se graduara e que lecionava) para a Economia. Sua primeira intenção era fazer uma breve incursão pelo mundo da Ciência Econômica, persuadir seus adversários e depois voltar a seus estudos abstratos. Felizmente para a Economia ele não seguiu este programa.

O segundo motivo que propiciou mais ampla acolhida à obra de Marshall, pelo menos no mundo de língua inglesa, foi o fato de ele não romper com a grande tradição da economia clássica que vinha desde Adam Smith, Ricardo e Stuart Mill. Marshall voltou-se para esses autores e os estudou em profundidade. Não apresentou sua obra como ruptura com o passado, mas antes como uma continuação dele. A partir de Marshall, que procurou preservar o legado dos clássicos ainda que sob outro enfoque, é lícito falar em *escola neoclássica*.

O próprio Marshall nunca aceitou que tivesse sido influenciado por Walras ou Jevons. Reconheceu sua dívida para com os clássicos e para com Cournot e von Thüner, mas não para com os primeiros marginalistas. Também rejeitou, com irritação, a interpretação de muitos autores americanos que consideravam sua obra como uma síntese da escola marginalista com a escola clássica.

A seus próprios olhos, Marshall era um continuador dos clássicos e principalmente de Ricardo. Não raras vezes ele critica alguns marginalistas que pretendiam romper definitivamente com a escola clássica. Ao discutir o problema do valor em Ricardo e Jevons, por exemplo, tenta mostrar que Ricardo, contrariamente ao que pensava Jevons, não desprezou o aspecto "utilidade" e chegou mesmo perto da distinção entre *utilidade total* e *utilidade marginal*. Se Ricardo acentuou o aspecto *dos custos de produção*, foi por estes serem menos claros aos olhos de seus contemporâneos. Eis o que diz Marshall:

"Poucos autores modernos se aproximaram tanto da brilhante originalidade de Ricardo como Jevons. Mas ele parece ter julgado Ricardo e Mill severamente, atribuindo-lhes doutrinas mais estreitas e menos científicas do que na realidade sustentaram. E o seu desejo de salientar um aspecto do valor ao qual eles não deram relevo suficiente foi provavelmente, até certo ponto, a razão que o fez dizer:

'A reflexão e a investigação contínuas me levaram à opinião um tanto nova de que o valor depende inteiramente da utilidade' (*Theory*, p. 1).

Essa afirmativa parece ser unilateral e fragmentária, e bem mais pensa a induzir a erro do que aquela que Ricardo expressava com uma negligente brevidade, e que fazia depender o valor do custo de produção, a qual, porém, nunca ele considerou senão como parte de uma doutrina mais vasta, cujo restante tentou explicar."¹

A obra de Marshall não é apenas analítica, como a principal obra de Ricardo, mas está cheia de conselhos e considerações práticas, como a de Adam Smith. Marshall também era um espírito enciclopédico. Em 1868 dirigiu-se à Alemanha para ler Kant no original. Passou cerca de dois anos neste país e familiarizou-se com obras de Hegel e dos economistas da escola histórica. Embora não tenha aderido aos métodos da escola histórica alemã, há autores que dizem que sua obra sofreu muito mais influência da escola histórica do que normalmente se imagina. Por exemplo, o moralismo de Marshall tão ironizado por Schumpeter não seria apenas reflexo da austera educação paterna que recebera, como querem alguns de seus biógrafos, mas também resposta às críticas da escola histórica alemã e dos socialistas que se preocupavam com as aberrações da sociedade existente e que apontavam os princípios econômicos como incapazes de resolver os problemas do mundo real.

Deixemos tais interpretações aos exegetas e a pessoas mais qualificadas e voltemos nossa atenção para o conteúdo do *Princípios* de Marshall.

9.1.1 Alguns aspectos do "Princípios" de Marshall

O *Princípios* não é apenas um manual, embora, como dissemos, tenha dominado o ensino da economia na Inglaterra desde sua publicação (1890) até por volta de 1930. É também uma obra pioneira que levanta questões, resolve muitas delas e deixa outras sem solução. Neste sentido é uma obra seminal que serviu de fonte de inspiração para inúmeros textos posteriores. A microeconomia neoclássica, tal como ainda hoje é ensinada na maioria de nossas universidades, tem sua principal fonte de inspiração no *Princípios*.

O núcleo da obra está no livro V que estuda a demanda, a oferta e o valor.

9.1.2 Demanda, oferta e valor

Para Marshall, a análise de um sistema econômico deveria começar pelo estudo do comportamento dos consumidores e produtores e pelo seu relacionamento no mercado.

Os consumidores buscam maximizar sua satisfação e os produtores buscam maximizar seus lucros. A procura é a relação entre preços e quantidades procuradas. A preços mais baixos, os consumidores tendem a adquirir mais de determinado bem. O produtor comporta-se de modo inverso. A preços mais elevados ele tende a oferecer mais.

Marshall estava atento às variações na procura provocadas por variações nos preços. Percebeu ele que a quantidade procurada de determinado bem era mais ou menos sensível a variações em seu preço. Elaborou, então, o conceito de elasticidade-preço da procura, conceito que mostra a sensibilidade da procura com relação a pequenas variações no preço de determinado bem. O conceito de elasticidade (que em Marshall era um estudo muito cauteloso das relações entre pequenas variações nos preços e nas quantidades procuradas) foi, mais tarde, ampliado por outros autores. Por analogia, passou-se a falar, então, em elasticidade-renda, elasticidade-arco, elasticidade-cruzada etc. Talvez Marshall não tivesse aprovado esta ampliação pouco cuidadosa de seu conceito original. Seja como for, os estudiosos que, hoje, encontram todos estes conceitos em seus manuais de microeconomia devem saber que no *Princípios* está a origem de todos eles.²

2. O conceito não nasceu todo feito da cabeça de Marshall, pois se sabe que Cournot já trabalhara com ele, mas foi Marshall quem o elaborou de maneira cuidadosa.

- Para fazer seu estudo da oferta e da demanda, Marshall considera constantes todos os outros fatores que influenciam a procura (exceto o preço), como é o caso da renda e das preferências dos consumidores. Isto torna o problema pouco realista. A medida que o consumidor gasta sua renda, a utilidade dos demais produtos deve crescer pelo princípio marginal e o problema complica-se. Marshall percebe este complicador adicional, mas não o resolve de maneira satisfatória.

O leitor deve ter percebido algumas diferenças de enfoque entre Marshall e a escola clássica que são:

1. Os clássicos preocupavam-se com o "preço natural" e não com as variações na quantidade demandada provocadas por variações nos preços. Os grandes temas clássicos eram *salários, lucros e acumulação* e não a preocupação com preços relativos, oferta e procura ou lucros de determinadas firmas, como o é em Marshall.
2. A estrutura lógica do *Princípios* refere-se a um mundo no qual não há lugar para a acumulação de capital. É um mundo estático. Este é o enfoque comum a todos os neoclássicos, embora o mundo real de sua época estivesse entrando num processo de acumulação de capital como nunca houvera antes.
3. Os clássicos preocupavam-se muito com a criação do valor que para eles eram *bens materiais tangíveis*. Marshall afirma que o homem não cria bens materiais tangíveis, mas *utilidades*. A única coisa que se pode criar, combinando as coisas, são utilidades. Neste sentido, o setor de serviços também é produtivo porque produz utilidades.

9.1.3 O tempo e a questão do valor

Marshall, contrariamente a Walras e a outros economistas da mesma linha, percebe a importância do tempo na procura, na oferta, na produção e na formação dos preços. Para resolver determinados problemas, ele recorre aos conceitos de *curtíssimo prazo* (que ele chama *período de mercado*), *curto prazo* e *longo prazo*. Não se trata, aqui, de mero tempo cronológico, mas de uma relação entre tempo e diferentes situações de mercado.

O *período de mercado* ou *curtíssimo prazo* ocorre quando é impossível ao produtor aumentar a oferta de seus produtos. Suponha um mercado de peixes, numa feira livre. O produto é altamente perecível. O preço será determinado quase exclusivamente pela procura, havendo pouca relação com os custos de produção. Se a procura de peixe for pequena, o preço deste produto chegará a um nível mínimo, sem relação com os custos da pesca. É preferível vendê-lo a um preço mínimo a jogá-lo fora.

O *curto prazo* ocorre quando é possível aumentar o volume de produção e, portanto, a oferta de determinado produto sem que seja necessário ampliar a escala de produção. Isto só é possível se a firma ou a indústria estiverem trabalhando com capacidade ociosa. Neste caso, um aumento ocasional da procura poderá pôr em funcionamento parte da capacidade ociosa e o volume de produção aumentará para atender a esta procura adicional.

O *longo prazo* ocorre quando se altera a escala de produção, isto é, quando se constroem novas fábricas, compram-se novas máquinas e equipamentos etc. Neste caso, a oferta aumenta porque a planta aumentou.

Marshall assinala que, a *curto prazo*, o valor é mais dependente da demanda e, a *longo prazo*, mais dependente da oferta (custos de produção). Com isto ele afasta os excessos dos primeiros marginalistas que atribuíam quase todo valor à demanda.

Percebe-se também que, para Marshall, valor e preço são a mesma coisa. Isto não ocorria com os clássicos nem com Marx. Para estes últimos, "o preço natural" confundia-se com o valor, não qualquer preço.

9.1.4 Custos crescentes, constantes e decrescentes

Marshall percebe que, a *longo prazo*, os custos de produção de determinada firma podem ser crescentes, constantes ou decrescentes. Um fator importante na determinação destes custos são as *economias externas* (que escapam ao controle da firma individual, mas a afetam) e as *economias internas* (controláveis pela firma).

A firma pode conseguir economias internas e, portanto, baixar substancialmente seus custos de produção mediante racionalização do trabalho, ampliação de suas instalações (economias de escala) etc. No caso das economias de escala, surge um difícil problema para Marshall. O crescimento de algumas firmas pode levar ao oligopólio e ao monopólio e, assim, destruir aquele quadro idílico de concorrência perfeita. Se esta é a tendência histórica, a concorrência perfeita e o quadro teórico marshalliano que a sustenta não têm mais razão de ser. Como resolveu ele este problema? Recorrendo à analogia biológica do ciclo vital. Assim como as árvores e demais organismos vivos têm um ciclo de vida e não podem crescer indefinidamente, o mesmo deve ocorrer com as firmas. Elas podem crescer, mas à medida que crescem perdem vigor e competitividade. Nasceram, crescem e morrem. E, assim, o mundo da concorrência perfeita tende a manter-se idêntico a si mesmo.

A solução de Marshall é pouco convincente e não se verificou na prática. Mas, ao buscar esta solução, ele conservou a coerência de seu sistema. Além disso, em sua época, a tendência ao gigantismo não era tão pronunciada como o é hoje. A grande falha da escola neoclássica neste particular não está tanto em Marshall, como em seus continuadores modernos que, para conseguirem rigor analítico, voltam as costas à realidade. Sacrificam os fatos à elegância do método analítico.

Post-scriptum 1

Não houve possibilidade nenhuma de abordarmos aqui todos os temas do *Princípios* e muito menos toda a obra de Marshall. Schumpeter diz que quem só conhece o *Princípios* não conhece Marshall e, aqui, nem sequer estudamos todo o *Princípios*. Mas este começo já é melhor do que nada.

Post-scriptum 2

A escola de Cambridge, à qual Marshall deu grande prestígio, continua depois com Pigou, que substitui Marshall e prossegue na mesma linha. Houve, porém, uma plêiade de outros economistas de Cambridge que romperam com a linha do mestre. Entre estes estão Piero Sraffa, Joan Robinson e principalmente John Maynard Keynes cuja obra estudaremos em breve.

QUESTÕES PARA REVISÃO

A leitura atenta do texto permite que se responda às questões seguintes:

1. Que motivos levaram Marshall a tornar-se economista?
2. O *Princípios* de Marshall dominou o ensino da Economia no mundo da língua inglesa e ocupou o lugar que antes fora ocupado pelo *Princípios de economia política* de John Stuart Mill. Que fatores podem ser aduzidos para explicar o sucesso do livro de Marshall?
3. De que modo Marshall considera o valor de um bem e qual a relação entre valor, oferta e demanda?
4. Fale um pouco sobre as distinções estabelecidas por Marshall entre curto e longo prazo. O que isso tem que ver com o problema do valor?
5. Certas empresas, ao aumentarem a escala de produção, conseguem custos decrescentes. Esta tendência leva tais empresas ao gigantismo e pode abrir caminho para o monopólio. Que problemas isto acarreta para o esquema teórico de Marshall e como ele o resolve?

SUGESTÕES DE LEITURA

Além das obras do próprio Marshall e principalmente do *Principles of economics* que já sugerimos no capítulo anterior, existe ainda uma série de livros e artigos que merecem ser lidos. O *Princípios* de Marshall está na coleção *Os Economistas* da Abril Cultural.

KEYNES, John M. *Essays in biography*. London, Macmillan, 1972.

Ler a biografia de Marshall escrita pelo seu discípulo mais famoso. O livro contém biografias de vários outros autores e homens de ação.

SCHUMPETER, Joseph. *Teorias econômicas (de Marx a Keynes)*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

Neste livro que trata da contribuição de vários outros economistas, o autor faz uma avaliação do *Princípios* por ocasião do cinquentenário de sua publicação.

SELIGMAN, Ben B. *Principales corrientes de la ciencia economica moderna*. Barcelona, Oikos-Tau, 1966.

O livro é excelente e analisa o pensamento econômico a partir de 1870. Se existe um defeito neste livro, é a falta de concisão. Perspectiva da escola institucionalista.

BLAUG, Mark. *La teoria economica actual*. Barcelona, Editorial Luis Miracle, 1968.

Blaug dedica cerca de 200 páginas ao estudo de Marshall. Perspectiva da escola neoclássica.

GILL, Richard. *Evolução do pensamento econômico*. Lisboa, Livraria Clássica, 1967.

Ler neste livro "A síntese marshalliana". O grande trunfo de R. Gill é a concisão, beleza e clareza de estilo.